



**PERSPECTIVAS**  
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

VOL. 9, Nº 2, 2024, P. 2-26  
ISSN: 2448-2390

## O problema estrutural da justificação epistêmica não é um problema do regresso

### The Structural Problem of Epistemic Justification is not a Regress Problem

DOI: 10.20873-rpv9v1-18

Allysson Vasconcelos Lima Rocha

E-mail: [allyssonvlr@gmail.com](mailto:allyssonvlr@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-3965-660X>

#### Resumo

É comum interpretar o chamado Trilema de Agripa enquanto um problema do regresso para a justificação epistêmica. Porém, na presente oportunidade procuro argumentar que essa perspectiva do ceticismo Pirrônico deveria ser revista. Para tanto, primeiro forneço uma apresentação intuitiva do problema. Logo em seguida trago a reconstrução do argumento mais tradicional na discussão contemporânea, discutindo como a passagem do intuitivo para o teórico é algo delicado e que não devemos desprezar quando tratamos do problema em questão. Ainda assim, num primeiro momento, a reconstrução que faço nessa passagem foi vigente por um longo tempo. Entretanto, recentemente, alguns autores retomaram as origens Pirrônicas do problema e passaram a defender o regresso enquanto caminho para a solução. Argumento que essa estratégia põe em questão a perspectiva do problema enquanto do regresso. Finalizo com uma sugestão do que poderia ser o início de um trabalho para um novo entendimento do problema.

#### Palavras-chave

Justificação epistêmica, Regresso, Problema, Ceticismo.

#### Abstract

The Trilema of Agripa is most commonly seen in its contemporary discussion as the Regress Problem. However, I argue that this perspective is in need of revision given certain recent developments in the debate concerning the problem in the analytic tradition. I began with an intuitive description of the problem, followed by the traditional reconstruction of the Trilema as the Regress Problem. The passage from an intuitive view of the problem to a theoretical one is delicate. And the details involved in this passage should not be ignored, as they illustrate how the prevailed perspective of the problem in the debate issues from important assumptions. However, recent authors decided to return to the Pyrrhonian skepticism behind the problem and managed to defend that the regress is not the problem actually. I argue that this strategy became a point of no return for the debate where we no longer should consider the Trilema as establishing the regress as a problem. I end with a suggestion concerning which way the debate should go if we are to address its skepticism properly.

## Keywords

Epistemic justification, Regress, Problem, Skepticism.

## 1. O Problema entre o Intuitivo e o Teórico

A passagem da opinião para um juízo correto e qualificado não é simples. Há sérios obstáculos que se apresentam a qualquer pessoa que se permita o exercício de questionar (ou ser questionada) por que o que pensa a respeito de algo está correto. Um elemento chave nesse cenário é a crença. O juízo a que fiz referência geralmente se manifesta por meio desse estado mental que, para ser verbalizado, precisamos recorrer a uma proposição, isto é, algo passível de receber um valor de verdade.

Dentro desse entendimento, é comum que se questione “por que você acredita nisso?”. A pergunta é vaga, e pode ter diversas interpretações. No presente contexto, chamo a atenção para quando a questão é interpretada como “o que autoriza alguém a pensar o conteúdo de sua crença como verdadeiro”. Para essa interpretação um termo chave seria ‘razão’ ou ‘razões’. Apenas acreditando com base em razões a pessoa estaria autorizada a pensar o conteúdo de sua crença como verdadeiro. Apenas tendo razões para acreditar a pessoa faria a passagem de uma crença qualquer, ou opinião, para uma crença cujas características tornam-na propensa a ser verdadeira, por isso autorizando seu portador a pensar verdadeiro o conteúdo em que acredita.

A discussão, assim, é dirigida não a como as crenças se formam, mas como elas *deveriam* ser formadas para que alguém esteja autorizado a tê-las. E, no debate a que me refiro, ‘justificação’ é o conceito mais comumente acionado para explicar como crenças deveriam ser formadas. Assim, consideram-se *justificadas* as crenças ou proposições formadas da maneira correta. E como a discussão sobre as condições em que a crença é corretamente formada leva em conta seu valor de verdade, a justificação discutida é predominantemente vista como epistêmica.

Nesse nível intuitivo, as noções não parecem sugerir grande controvérsia em sua discussão. Os problemas começam quando procuramos teorizar a respeito delas. Nesse

momento alguns detalhes emergem que não podemos perder de vista, ainda que por um bom tempo no debate esses detalhes tenham sido relevados pelas partes envolvidas.

Em termos teóricos, há dois caminhos básicos que se oferecem a quem tenta organizar o entendimento do tema no debate contemporâneo da Epistemologia: a natureza e a disposição dos elementos da justificação. No que concerne à natureza, o seguinte questionamento guia boa parte das investigações: como se caracterizam os elementos que podem ser chamados de justificadores, em termos epistemológicos? A princípio, estes elementos possuem conteúdo proposicional, pois importa que a eles se possa atribuir verdade ou falsidade. A importância de tal atribuição se associa ainda ao brevemente exemplificado acima, isto é, a preocupação em sustentar uma postura verdadeira sobre algo. As proposições, no presente caso, não se estabelecem em sua existência de maneira independente. No mínimo precisam existir enquanto estados mentais, sendo ou não objetos de crença por parte de quem as tem em sua vida mental.

A explicação se completa quando elucidada a característica que torna a proposição epistemologicamente justificada. Justificação epistêmica se manifestaria enquanto uma relação de cunho distinto entre  $S$ , seu estado mental e a proposição  $p$ . Distinto, pois a maneira como  $S$  estaria vinculado, por meio de seu estado mental, à proposição  $p$  se diferencia de outras como, por exemplo, mera superstição. Sendo assim, o cerne da explicação se encontra na citada *maneira* de vincular  $S$ , proposição e estado mental.

Um caminho de imediata plausibilidade para tanto é apelar para a experiência. Mais propriamente, a proposições cujo conteúdo remeta à experiência. Por exemplo, a experiência visual de  $S$  responderia pela formação de um conteúdo proposicional em sua mente, a saber, o de que ele viu determinado objeto. A justificação epistêmica da proposição, portanto, seria manifesta quando o vínculo entre  $S$ , proposição e estado mental ocorresse em virtude de uma experiência sensória recebida por  $S$ .

Neste contexto, a proposição  $p$  torna-se também uma razão disponível para  $S$ . E a ela  $S$  pode remeter outras proposições que porventura venha reivindicar como justificadas. Dito de outra forma, em virtude de suas peculiaridades,  $p$  funciona como suporte para as demais proposições. Por meio de inferências,  $p$  é ligada a demais proposições, emprestando a elas a

justificação epistêmica que carrega devido ao seu elo especial com a experiência, tornando-as também razões por causa disso. Esta organização das demais proposições da vida mental de S com base em  $p$  constitui a *estrutura* da justificação epistêmica, o segundo caminho básico de investigação acima mencionado.

Estas são as condições básicas para se elaborar uma explicação para justificação epistêmica, em sua natureza e estrutura. Infelizmente, as mesmas condições também permitem o surgimento de um problema cético.

Uma das principais características da proposição  $p$  nesse arranjo é carregar justificação sem apelo a mais inferências. Ela é o que comumente se nomeia no debate de proposição não inferencialmente justificada. De maneira intuitiva, ela satisfaria um anseio básico: indicar de onde surge a justificação ou de onde ela começa. Diante disso, determinado tipo de questionamento ganha relevância.

A pergunta permite uma primeira abordagem ao problema central no presente artigo. Ela pode ser feita tanto a S como à teórica que elaborou a concepção acima: há ou não alguma razão para que proposições originadas na experiência, como  $p$ , manifestem justificação epistêmica<sup>1</sup>? A dificuldade reside, a princípio, em responder positivamente. Pois a resposta motivaria a busca por razões, o que vai ao encontro do suposto aspecto não-inferencial de  $p$ , isto é, sua justificação não deveria depender de mais razões inferidas. E se isto acontece, para sustentar a estrutura da justificação, requer-se recorrer a outra proposição,  $p1$ . Esta deve ter a justificação não-inferencial, providenciando aquilo que  $p$  não permitiu. Porém, sobre  $p1$  recai a mesma questão. Se a justificação advém da experiência, retorna-se ao questionamento inicial. Isto vai exigir mais uma razão,  $p2$ , sobre a qual recai novamente a mesma questão. O que se percebe com isso é o desenho inicial de um regresso infinito de razões.

Dessa forma, o regresso impede que se entenda como surge ou onde começa a justificação. Entrevê-se inicialmente dois caminhos para evitá-lo. Primeiro, é possível que S

---

<sup>1</sup> Neste ponto é possível questionar se demandado de S a posse de crenças epistêmicas, isto é, crenças que tenham em seu conteúdo proposicional aspectos teóricos da justificação. Minha resposta é que não. Basta a S aceitar, ainda que inconscientemente, proposições como  $p$  pelo simples fato de que a ele a proposição tem um aspecto favorável perante as demais.

apele para suas próprias experiências como razão para sustentar seus pontos de vista, isto é, de que as proposições de origem empírica promovem justificação epistêmica. Este caminho, entretanto, enseja um raciocínio circular, pois a própria experiência é assumida como justificada para confirmá-la enquanto tal. Segundo, restaria apenas responder que não há razão alguma para afirmar que a origem empírica empreste justificação a proposições. Infelizmente, tratar-se-ia de algo arbitrariamente assumido. Um dos problemas com a arbitrariedade seria que ela licencia que outras pessoas persigam caminho semelhante, e de questionável legitimidade. Assim, qualquer um poderia assumir outra concepção de justificação, apontando-a como a correta. Isto obviamente tornaria a concepção trivial.

Com isso, há uma incompatibilidade entre a concepção de experiência como fonte de justificação e o regresso infinito de razões. Ainda que se mantenha esta perspectiva de fonte, não se sabe ao certo como ela proporciona justificação epistêmica. Enquanto o regresso persistir, esse estado de coisas também persistirá. Essa é a primeira aproximação ao problema central para o presente artigo. Nela, ele se apresenta como o problema do regresso.

Eu escrevi ‘primeira aproximação’ pois há algumas dificuldades a serem consideradas no que concerne à formulação do problema. Tais dificuldades se remetem ao que mencionei enquanto a delicada passagem do intuitivo para o teórico. Alston (1993) e Cohen (1995) são os autores responsáveis por assinalar um detalhe quanto à passagem: não haveria um elemento intuitivo, de caráter teoricamente neutro, ou pré-teórico, sobre o qual se pauta a discussão sobre justificação epistêmica. Dito de outra forma, ao se aplicarem na formulação de suas teorias, epistemólogos não partiriam de intuições amplamente compartilhadas ou despidas de quaisquer perspectivas teóricas. Suas intuições, ou pontos de partida, já se encontrariam envoltos na teoria que eles pretendem defender. Advirto, porém, que isto não implica que cada um deles esteja correto em sua posição, incorrendo em um relativismo forte. O que se constata é uma dificuldade já na origem da discussão filosófica (para facilitar a referência a esta posição em momentos vindouros, eu a associo à sigla AC).

É bom que se diga que, para ambos os autores, essa seria uma dificuldade própria da teorização sobre a natureza da justificação epistêmica. Serve de exemplo, para que melhor se

entenda o que eles pretendem, relembrar o caminho que transcorri até o problema. Tentei iniciar a partir de algo supostamente intuitivo, ou teoricamente neutro. Mas a expressão ‘ter razão’ já emerge carregada de uma perspectiva teórica que não encontra ampla aceitação no debate.

Entretanto, é bom que se diga que tais são preocupações associadas à natureza justificação. Além disso, há autores como Pryor (2005) que divergem da perspectiva. Que relevância, então, o ponto teria para o debate central ao presente artigo, isto é, a estrutura da justificação e seu problema? Eu entendo que há grande relevância. E procuro defender isto ao longo das próximas seções. Eu procurarei enfatizar aquilo que exemplifiquei. O esforço para elaborar o que é o problema do regresso demandou que eu me baseasse, ainda que minimamente, em uma concepção sobre a natureza da justificação epistêmica. Eu entendo que, caso eu recorresse a outra concepção, a perspectiva do problema se alteraria. Pior, caso eu tentasse partir de um ponto neutro, e AC estiver correta, ainda assim alguma concepção terá influência sobre o arranjo do problema.

Para defender isto eu não vou assumir que a posição AC é correta tal como descrita. Ao contrário, eu vou supor que, se há um ponto de partida intuitivo neutro sobre justificação epistêmica, então não existem diferentes maneiras de conceber o problema do regresso. Como eu pretendo mostrar no que segue, há diferentes maneiras de conceber o problema. Isto serviria como ponto a favor da posição AC, ainda que não a determine como correta.

Se eu estiver correto, e o problema é de fato concebido diferentemente, devido em parte à plausibilidade de AC, então há sérias implicações para o debate em torno de uma solução.

## **2. O Problema do Regresso**

Ao longo das três subseções que seguem reforço o ponto da seção anterior: é preciso se basear, ainda que intuitivamente, em alguma concepção de justificação epistêmica a fim de delimitar um entendimento do problema. Procuro defender essa posição por meio da plausibilidade de uma separação entre o que é o argumento do regresso e problema do regresso.

## 2.1. Argumento do regresso para o Fundacionismo

Esse argumento sugere o regresso enquanto dificuldade para a justificação. Ele sugere, ainda, de forma explícita, a solução: proposições ou crenças cuja justificação é manifesta sem o apelo a mais razões. De maneira geral, essas proposições ou crenças são ditas básicas e são as entidades que caracterizam as teorias fundacionistas. Fumerton (1995, p. 55) oferece um argumento do regresso para o Fundacionismo nestes moldes. O ponto de partida da sua argumentação é um princípio cuja plausibilidade seria apelativa inclusive para os céticos:

**PJI (Princípio da Justificação Inferencial):** para estar justificada na crença de que  $P$  com base em  $E$  é preciso (1) estar justificada em acreditar que  $E$ , e (2) estar justificada em acreditar que  $E$  torna  $P$  provável. (FUMERTON, 1995, p. 36).

Centrando-se no papel do princípio para o argumento em questão, o problema surge quando eu o associo a premissa de que toda justificação é inferencial. Supondo que minha crença em  $P$  é justificada, de acordo com a cláusula (1), eu precisaria estar justificado em acreditar que  $E1$ . Entretanto, o princípio, novamente, coloca-me na posição de ter uma base  $E2$  para  $E1$ . Não é difícil ver que este padrão se repete para  $E2$  e sucessores, gerando dessa forma o regresso. Como Fumerton (1995, p. 57) acrescenta, o cenário torna-se mais dramático ao incorporarmos as demandas indicadas pela segunda cláusula. Geram-se outros regressos a partir daquele obtido pela primeira cláusula.

É importante observar que, até este ponto, algo fica pendente. Não se afirmou ainda o que torna este cenário impeditivo à justificação. Isto é logo acrescentado pelo autor com a seguinte afirmação: “mentes finitas não podem completar uma cadeia de razões infinitamente longa, então se toda justificação fosse inferencial nós não teríamos justificação para nossas crenças” (FUMERTON, 1995, p. 57). Esta afirmação não se sustenta totalmente sem que se ampare em algumas premissas. A primeira delas restringe as condições onde a justificação epistêmica se manifesta, isto é, somente quando o agente reconhece o que contribui para que

sua crença esteja justificada. Se o que contribui é uma cadeia infinita de razões, e um ser humano não tem como conceber a cadeia, então o caminho inferencial da justificação é inviável. É importante atentar para o que significa esta demanda por reconhecer aquilo que contribui para a justificação. Trata-se de uma perspectiva internalista da natureza da justificação epistêmica. Portanto, há uma defesa clara do fundacionismo, mas não de qualquer tese fundacionista. Dito de outra forma, o que parece ser uma intuição básica e pré-teórica já manifesta alguma normatividade em sua expressão.

Em que pese esta crítica, Fumerton (1995, p.58) concede como legítima a recusa de muitos dos elementos assumidos no argumento. É possível recusar PJI, afirmando que suas demandas são demasiadas sobre quem justifica. Podem variar também os posicionamentos referentes à perspectiva linear da estrutura de inferências. O autor indica que isto levaria a caminhos diferentes na organização do argumento e no apontamento de uma solução. A quebra com a linearidade, por exemplo, é um importante tópico da próxima subseção. Entretanto, diante do até agora discutido, ainda não são claras as implicações advindas das mudanças nestes elementos.

Um importante passo para ganhar clareza neste tópico é analisar o argumento do regresso *conceitual* para o Fundacionismo defendido por Fumerton (1995, p. 89). Basicamente, ele defende que, se eu concebo a justificação enquanto inferencial, então eu tenho uma concepção de justificação. O delicado passo a mais que Fumerton dá é indicar que esta concepção deve ser não-inferencial. Do contrário, a minha concepção de caráter inferencial se esvai, pois eu não explico de onde a justificação surge, apenas como se transmite. Conceitualmente eu estaria a fazer recursões, sempre delimitando como a justificação da proposição A advém de outra proposição B. Mas é preciso explicar como a justificação que se transfere de B para A surgiu. Dito de outra forma, e usando a analogia que o próprio Fumerton (*ibid.*) sugere, para explicar porque algo é bom, eu preciso explicar o que é algo intrinsecamente bom, do contrário minha concepção instrumental adentra a um regresso: A é bom em função de B, que é bom em função de C, e assim por diante.



Porém, o que não forçosamente se impõe é que, para evitar o regresso conceitual, a justificação epistêmica tenha que ser concebida apenas enquanto originada em proposições ou crenças não-inferenciais. Como mostro mais abaixo, nada impede explicar a propriedade como originada em fontes inferenciais, tratando as fontes não-inferenciais como secundárias, isto é, elas explicariam origem de crenças, experiências, mas não da justificação.

É importante observar que Fumerton suscita com este movimento uma questão recorrente no debate da estrutura de razões. Trata-se da meta-justificação, ou da justificação *da* teoria. Trata-se do momento em que a manipulação dos conceitos pelo teórico ou teórica fica sob questão também. À medida que avançar, isto se torna mais explícito. Por ora, o que dizer do delicado passo a mais dado por Fumerton, indicando que somente com concepções não-inferenciais resolveríamos o problema? É o que abordo a seguir.

## ***2.2. Uma crítica ao argumento do regresso***

Bonjour (1978) defende que o Fundacionismo aparece como uma saída mais em função do argumento do que pela força intuitiva dos elementos não-inferenciais aos quais apela a teoria. Em um outro momento, Bonjour (1985, p. 18) esclarece que o argumento também sugere o problema. Entretanto, sua maneira de formular o argumento não foge ao que foi apontado por Fumerton, isto é, o problema é o regresso. Portanto, sua contribuição para o debate advém de outra inserção, que explico agora.

Bonjour (1985, p. 21; 1978, p. 13) propõe sua versão do argumento. Nela, o regresso é gerado por meio de diretrizes semelhantes às de Fumerton, haja vista os pressupostos sobre justificação inferencial do último parágrafo serem próximos aos de PJI. Diante disso, haveria apenas quatro possibilidades de lidar com o regresso infinito que se apresenta em virtude da presença, apenas, da justificação inferencial: a) interromper o regresso com crenças oferecidas enquanto justificadores, mas para as quais não se dispõe de justificação; b) as inferências regridem indefinidamente, sem repetição; c) as inferências regridem em círculo, onde crenças

reaparecem eventualmente na cadeia; d) interromper o regresso com as crenças ditas básicas, isto é, aquelas possuidoras de justificação não-inferencial.

Bonjour (1978, p. 13) defende que este é um argumento por eliminação. Caso o Fundacionismo fracasse, resta-nos uma posição cética com relação à justificação. Mas por que o regresso nos levaria ao ceticismo? Bonjour (1985, p. 24) reconhece que a inviabilidade do regresso para a justificação costuma ser apenas assumida, e não argumentada. Mais uma vez, as limitações cognitivas de um ser humano comum apto a conhecer são oferecidas como principal razão para rechaçar o regresso, sem acrescentar muitos detalhes.

Mais crítico e delicado para meus propósitos é outro passo dado por Bonjour (*ibid.*). Ao considerar o caminho circular como solução, ele logo o exclui, pois ele indica, de maneira próxima à que fiz, que  $S$  assume uma proposição  $p$  como premissa para justificar  $p$ . Porém, Bonjour faz um movimento chave logo em seguida. Ele delimita a circularidade como viciosa apenas quando a justificação é entendida linearmente, isto é, quando a propriedade é passada de proposição em proposição por meio de inferências. Se a concepção se torna não-linear, ou holística, esta viciosidade se desfaz. É possível, então, apelar para algo como coerência enquanto fonte de justificação, onde haveria apoio mútuo e não circularidade entre proposições.

Este é o mote inicial para a defesa do Coerentismo, a opção teórica de Bonjour para lidar com o problema do regresso. Mas há um motivo para eu tomar este movimento como chave para o debate. Quando sai de uma concepção linear para uma não-linear, Bonjour não apenas modifica uma concepção de justificação epistêmica, com vistas a defender um caminho teórico alternativo para lidar com o regresso. Ele passa a trabalhar em bases teóricas distintas daquelas onde surge o problema do regresso, tal como formulado acima.

Nesse ponto, surge uma importante questão: levando-se em conta que ele desenvolve uma proposta de solução a partir de um enquadramento teórico incapaz de gerar o problema, até que ponto este caminho é uma resposta? Afinal, o regresso seria a passagem linear da propriedade de justificação por meio de inferências, proposição a proposição. Se eu assumo que

justificação surge do apoio mútuo entre proposições (ou crenças) em coerência, eu manifestaria uma arbitrária mudança de regras.

Em defesa de Bonjour, é importante dizer que a alteração dos critérios de justificação não é de todo arbitrária. Bonjour (1985, p. 9) entende que um importante aspecto de se desenvolver uma alternativa é arcar com sua justificação. Mais precisamente, não basta indicar como a justificação se dá, é importante também ter uma meta-justificação desta posição. A importância e o peso dessa estratégia se refletem na defesa que Bonjour (1985, p. 8) faz da noção de responsabilidade epistêmica. Ele defende que, caso se entenda a empreitada da justificação epistêmica como direcionada à verdade, aceitar crenças na ausência de razões que indiquem que elas são verdadeiras seria faltar com esta responsabilidade.

Essa noção de responsabilidade retorna mais à frente. Por ora, é importante considerar se não é possível, de forma alguma, considerar o problema de um ponto de vista teoricamente neutro.

### ***2.3. Audi e a busca por neutralidade***

Audi (1993, p. 118) se refere ao argumento do regresso e ao problema do regresso que motiva o argumento. Mesmo assim, nos dois casos ele entende que o Fundacionismo é a visão motivada imediatamente. Seu passo a mais se dá na preocupação em abordar o problema de forma menos enviesada, isto é, uma versão que não incline quaisquer soluções de saída.

Primeiro, Audi (1993, p. 118) entende que há dois tipos de regressos. Aquilo que os distingue é o contexto de onde surgem, representado pela pergunta que os motiva. Caso a pessoa seja questionada sobre como ela está justificada em acreditar em algo, sua postura seria a de apontar o elemento que fundamenta sua posição. Entretanto, tão intuitivo quanto este movimento, seria o cético questionar as razões que ela tem para se apoiar em tal elemento. Tentar responder às demandas céticas conduziria aos caminhos conhecidos no Trilema. Em virtude do regresso ter surgido no âmbito de um suposto diálogo, Audi nomeia-o *dialético*.

O outro regresso é constituído a partir de uma pressuposição. Aquilo que constitui o presente quadro de crenças de uma pessoa é pressuposto como justificado. Partindo deste ponto, indaga-se que estrutura este corpo de crenças teria quando justificadas. Ao contrário do caso anterior, onde se parte de uma afirmação quanto à existência de justificação, aqui o ponto de partida é uma concessão ou suposição. Esta, por sua vez, pode ser derrubada. As maneiras pelas quais isto ocorreria, novamente, remetem aos caminhos que compõem o até então descrito problema do regresso. Para sustentar a justificação de suas crenças, a pessoa deve trazer respostas quanto à primazia ou não de alguns elementos, qual relação se dá entre eles e quando se dá, entre outras características. Uma vez que isto evoca a constituição de uma estrutura que pode ser ameaçada, Audi (1993, p. 120) nomeia o problema advindo desta motivação de *regresso estrutural*.

Em sua análise, Audi (1993, p. 123) se questiona sobre qual dos regressos deve ser abordado caso a intenção seja a de propor a menos enviesada visão do problema. Ele entende que apelar ao regresso dialético seria favorecer o coerentismo em prejuízo do fundacionismo. Por isso, opta pelo estrutural como o mais apropriado. Dito de outra forma, ao olhar para o problema a partir da perspectiva por ele nomeada estrutural, consegue-se uma abordagem que conduziria à solução capaz de satisfazer qualquer perspectiva teórica, e não à solução de acordo com determinado pressuposto.

Entretanto, meu entendimento é de que há ainda considerável viés em sua abordagem do problema, isto é, não se alcança a abertura esperada para distintas soluções. No que concerne à justificação epistêmica, há concepções que ele entende serem mais intuitivas que outras e que o guiam na escolha do regresso estrutural como supostamente menos enviesado. Sendo mais incisivo, entendo que Audi possivelmente apresenta duas visões diferentes de um mesmo problema, e não dois problemas distintos. Aquilo que determina a diferença é o que se pressupõe enquanto perspectiva da natureza da justificação epistêmica.

O viés está em formular o problema de modo a tornar determinadas respostas despropositais. Respostas que concebam a justificação epistêmica de uma maneira diferente da demandada no problema tornam-se supérfluas. Tais perspectivas inócuas para a justificação

seriam aquelas que, Audi (1993, p. 123 e 157) defende, conduziriam o Fundacionismo no caminho do dogmatismo. Entendo ser perigoso afirmar isto pois, em última instância, daria a entender que o Fundacionismo é incompatível com certo entendimento de justificação que seria intuitivo. Em outras palavras, o regresso estrutural é defendido por uma pessoa que entende determinadas exigências de justificação como sem propósito. Mas distintos níveis de exigências são plausíveis e indicam alguma como despropositada demanda mais argumentação. Dessa maneira, o viés da formulação ainda é considerável. Em outras palavras, penso ser flagrante como as intuições de fundo sobre justificação acabam influenciando a maneira como Audi equilibra formulação do problema e proposta de solução.

### **3. O Problema do Regresso?**

Os três primeiros passos da seção anterior serviram para sugerir que há uma diferença entre argumento e problema do regresso. A diferenciação emerge das críticas às diversas estratégias argumentativas que usam o regresso, e sua suposta implausibilidade, para motivar uma perspectiva da justificação epistêmica. Entretanto, mesmo com Audi, que busca mais explicitamente entender o problema, ainda são frágeis as razões que explicam porque o regresso é um problema.

Na presente seção as subseções são dedicadas a críticas mais incisivas às razões em favor da perspectiva de que o regresso é um problema. Estas razões surgiram de forma incipiente na seção anterior. Agora, quando expressas de forma mais explícita e criticadas, revelam suas limitações em convencer que o regresso é vicioso.

#### ***3.1. Klein e a defesa de princípios***

Em seus trabalhos, Klein não se aplica a elaborar o que entende ser o problema do regresso. Ele se ateu ao argumento, declarando ciência de que suas premissas e conclusão favorecem o Fundacionismo. Mas Klein (2011a) não poupa críticas aos princípios da justificação epistêmica assumidos nesta defesa. Para entender a crítica, eu apresento uma

adaptação do argumento elaborado por Klein, onde  $\varphi$  responde por quaisquer atividades que S realize para justificar suas crenças, isto é, raciocinar, inferir ou oferecer razões:

1.  $\varphi$  tem apenas três possíveis estruturas: finita com um ponto de início, circular ou infinita;
2. A circular não é aceitável porque a crença seria epistemologicamente anterior a ela mesma;
3. A infinita extrapola as limitações humanas;
4. Assim, se  $\varphi$  pode resultar em justificação, ela deve ser finita;
5. Os pontos de início de  $\varphi$  devem estar justificados (do contrário, seriam meras suposições);
6. Portanto, se  $\varphi$  pode resultar em justificação, devem existir razões que são justificadas por outros meios que não  $\varphi^2$ .

Neste argumento, Klein (2011a, p. 248) interpreta o fundacionista como alguém amparado na conjunção de dois princípios básicos para sustentar  $\phi$ :

**Princípio Não Originador (PO):**  $\varphi$ , apenas, não é capaz de gerar justificação (KLEIN, 2011a, p. 248);

**Princípio da Herança (PH):**  $\varphi$  pode transmitir justificação a partir de outras crenças (KLEIN, 2011a, p. 248).

Klein (2011a, p. 249) compreende a forte intuição que há por trás destes princípios, parcialmente explorada no início do presente artigo. É plausível imaginar que algo como a experiência sensorial, ou o funcionamento adequado de nossa cognição, contribua para a formação de proposições ou crenças justificadas. Além disso, sendo a justificação já providenciada por estas fontes, quaisquer atividades abrangidas por  $\varphi$  não significariam um adendo significativo, ou seja, não trariam algo além do que fora obtido nas citadas fontes.

Porém, é justamente esta perspectiva de  $\varphi$  em PO e PH que Klein (2011a, p. 250) pretende questionar. É plausível pensar que a experiência sensorial seja capaz de gerar justificação, e de forma não-inferencial. Entretanto, tão plausível quanto é conceder à realização de inferências, ou à busca por novas razões a capacidade de gerar uma justificação distinta. Uma

---

<sup>2</sup> No texto original, Klein usa a expressão *reasoning* onde eu utilizei  $\varphi$ . Eu entendo que quaisquer possíveis equivalentes como raciocinar, inferir ou oferecer razões não conseguem abranger o escopo mais amplo que *reasoning* alcança.

espécie de justificação que não se mostraria possível caso sua única fonte fosse a experiência sensorial.

É por meio de uma crítica a PO e PH que Klein (*ibid.*) explica como surge esta justificação. Ele entende que os que assumem PO e PH vislumbram o surgimento da justificação numa fonte à parte das atividades ligadas à  $\varphi$ . Qualquer que seja essa fonte, é plausível perguntar a quem a defende algo semelhante a questões que suscitam o regresso: proposições ou crenças obtidas nestas fontes tendem a ser verdadeiras? Responder negativamente manifestaria uma perspectiva arbitrária da fonte, como se a escolha ocorresse sem que se preocupe com justificação epistêmica. A resposta positiva, entretanto, indicaria a existência de razões por trás da escolha. É interessante que se sustente de forma devida estas razões. Porém, não se deve fazê-lo recorrendo à fonte já mencionada, sob pena de circularidade. Recorrer à outra fonte apenas faz com que a questão central se repita. Dessa maneira, a justificação da fonte ora permanece misteriosa, ora simplesmente se perde.

Klein (*ibid.*) entende que estas dificuldades motivam uma reconsideração das atividades assinaladas em  $\varphi$ , e de PO e PH por consequência. Mais precisamente, caso se conceba as atividades abrangidas por  $\varphi$  como capazes de gerar um grau maior de justificação, a resposta à pergunta do parágrafo anterior indica uma justificação mais robusta, na medida em que S conseguir avançar em suas razões. Basta apenas que S não incorra em circularidade ou qualquer comportamento intelectual que comprometa sua justificação. Esta alteração na perspectiva sobre a justificação epistêmica indicaria, também, uma mudança na perspectiva do regresso enquanto problema<sup>3</sup>. Como Klein (2006) defende, não mais se vê um regresso, mas sim um progresso de razões à medida que as atividades indicadas por  $\varphi$  continuam. Esta é a intuição básica por trás da posição infinitista inaugurada por Klein.

Entretanto, entendo que existem limitações na crítica de Klein. Afinal, há plausibilidade nas duas intuições aqui discutidas, aquela reforçada por PO e PH e aquela que reforça justificação em graus. Esta última questiona os dois princípios mencionados, mas não

---

<sup>3</sup> Esta é uma apresentação sucinta do que motiva o infinitismo de Klein, que não abordarei aqui.

inviabiliza ou destitui a possibilidade da justificação surgir em fontes não-inferenciais. Neste cenário, a justificação por graus enquanto intuição autoriza um duro questionamento de PO e PH. Por consequência, permite um duro ataque ao fundacionismo. Entretanto, este ataque não é definitivo, pois ainda persiste em sua plausibilidade a intuição de que a justificação pode surgir em fontes não-inferenciais. Dessa maneira, há limitações na crítica de Klein.

Essas limitações remetem à discussão sobre a existência ou não de uma intuição pré-teórica da natureza da justificação epistêmica, que abordei no início do artigo. No parágrafo anterior duas intuições se sustentaram de forma independente. Ambas permitem que se veja o regresso ora como problema, ora como oportunidade de avançar graus de justificação (numa disjunção não mutuamente exclusiva). A indefinição sobre qual delas é que se refere legitimamente à justificação epistêmica permite uma liberdade de escolha, para posterior defesa. Ainda que Klein não se posicione abertamente sobre esta questão, penso que suas dificuldades acabam se refletindo no seguinte posicionamento.

Num primeiro momento, Klein (2004) defende que, mesmo que correto, o fundacionismo não ofereceria uma resposta ao problema do regresso. O argumento que ele usa para defender isso é semelhante ao outro de sua autoria que apresentei acima. Há, porém, um importante complemento que explica qual a principal demanda para solucionar o problema. Klein (2006, p. 5) realiza uma análise geral das três principais respostas ao desafio, isto é, o fundacionismo, o coerentismo e a proposta infinitista que acabei de descrever. Para tanto, aplica um critério comum, a fim de avaliar qual delas responde adequadamente. A proposta da aplicação é averiguar quem, ao mesmo tempo, oferece um princípio de justificação e consegue arcar com o que mesmo demanda. Klein (*ibid.*) descreve como responsabilidade epistêmica aquilo que este critério permite averiguar. No caso de um fundacionismo que se pauta em PO e PH, a defesa dos princípios logo conduz ora à continuidade do regresso, ora à construção de um raciocínio circular. Como Klein sustenta que toda defesa desta teoria recai no mesmo resultado, não seria possível ser responsável epistemologicamente e fundacionista. Assim, ainda que haja justificação não-inferencial, ela não permite responder ao problema do regresso.



Retomando a noção de responsabilidade epistêmica, e a explicando um pouco mais que Bonjour, Klein (1999, p. 299) posiciona como fundamental para se alcançar justificação epistêmica a busca por evitar ser arbitrário. Levando-se em conta o cenário da discussão que tento reconstruir, isto possui grande relevância. Pois se a justificação epistêmica, em seu nível pré-teórico, não apresenta restrições significativas para formulação de princípios, haveria um risco de arbitrariedade que reforça a preocupação com o que vem a ser uma conduta correta. E isto não apenas por parte do teórico, mas do agente epistêmico também. Em outro momento, ainda que não se refira às questões que aqui suscito, Klein (2014, p. 117) parece chegar a uma conclusão semelhante. Pois ele escreve que, em última instância, o problema do regresso se resumiria a sustentar razões de maneira não arbitrária.

### **3.2. Sosa e a questão da normatividade na justificação**

Tratar o problema estrutural da justificação a partir da questão da arbitrariedade é uma importante modificação no debate. Não mais o regresso é o elemento a ser evitado, e que supostamente aglutinaria a discussão em torno de algo comum. Há como que uma abertura para tratar a normatividade da justificação a partir de um escopo mais amplo.

Nesse contexto, os argumentos de Sosa (1991) constituem um caso interessante. Com ele temos alguém que se presta a defender fundamentos para justificação mesmo admitindo que o regresso não é o problema. Dito de outra forma, Sosa (1991, p. 177), mesmo sem identificar razões para impugnar o regresso, opta por defender uma visão fundacionista. Por isso, ele questiona: uma vez que regressos infinitos não se encontram eliminados enquanto possibilidade, como avançar uma defesa em prol de fundamentos na justificação?

Em primeiro lugar, Sosa (1991, p. 179-180) procura tornar saliente uma característica da natureza da justificação epistêmica: ela é uma propriedade normativa. O passo seguinte é a sua explicação de como se estabelecem propriedades deste tipo. Sosa (*ibid.*) demonstra que uma propriedade normativa emerge sempre a partir de um determinado arranjo de elementos não normativos. Uma vez que este arranjo se apresente, a propriedade sobrevém a eles. Dessa

maneira, crença, por exemplo, é um elemento não normativo. Ela, por si, não traz consigo a propriedade normativa da justificação. É preciso que outros elementos não normativos se agreguem a ela, de uma forma determinada, para que a propriedade emerja. Caso ela surja associada à experiência e outros fatores também não normativos, sob certas condições torna-se possível sobrevir o caráter normativo da justificação epistêmica. Em outras palavras, trata-se de uma relação de superveniência, onde alterações no nível não normativo inevitavelmente afetam o normativo, e vice-versa.

Essa argumentação estabelece que a superveniência seria mais um aspecto plausível de como se teoriza sobre a justificação do que de uma maneira pela qual deveríamos concebê-la. Talvez seja por possuir esta visão que Sosa não adentre a argumentos mais específicos. Afinal, ele toma esta visão como uma doutrina. Além disso, como o ponto apela mais à plausibilidade que à normatividade, pode-se dizer que, se justificação assim acontece, não constituiria uma preocupação defender que assim acontece.

Este quadro oferece uma dificuldade para a reconstrução do debate feita até aqui. Pois, Sosa (1991, p. 179) identifica na superveniência uma espécie de fundacionismo, chamado por ele de formal. Uma vez que a natureza da justificação epistêmica é normativa, e propriedades deste tipo dependem de maneira geral da relação de superveniência para se manifestarem, é de se esperar que toda e qualquer teoria da justificação epistêmica seja concebível enquanto um fundacionismo formal. Até mesmo o coerentismo se apoiaria nesta relação ontológica, se a coerência fosse estabelecida sem aspectos normativos. Se isto procede, Sosa teria identificado o aspecto em torno do qual toda a discussão da justificação epistêmica giraria em torno. Por consequência, determinaria uma única concepção do problema da estrutura da justificação.

Porém, como Bennet e Mclaughin (2023) afirmam, superveniência reclama uma co-variação entre os elementos. E a implicação que existiria entre eles é um debate corrente. Entendo que isto dificulta estabelecer com segurança o problema estrutural em torno da

noção<sup>4</sup>. Acrescento ainda que, mesmo aceitando a relação desse modo, é disputável quais elementos não normativos seriam responsáveis por promover a propriedade normativa.

Dessa forma, considerar a justificação epistêmica dentro desse quadro teórico é uma escolha importante, mas que não sinaliza um assentamento das inquietações sinalizadas no início do artigo. Mas a posição de Sosa tem grande importância para a discussão que aqui organizo. O fato de que Sosa entende que, para defender o fundacionismo, não é necessário que se determine o regresso como vicioso muda a perspectiva da defesa desta posição teórica, permitindo questionar o que se busca exatamente com ela. Como visto, ficou explícito que Sosa não encontrou um elemento unificador do debate, isto é, ainda é controverso este passo. E sua decisão tornou mais saliente a questão do arbítrio e sua importância para o problema. A próxima subseção sugere um novo passo no intuito de tornar essa característica melhor explicada.

### ***3.3. Aikin e o argumento do regresso para o infinitismo***

Fecho a seção com um autor que retoma o Princípio da Justificação Inferencial (PJI), apresentado mais acima. Aikin (2010, p. 14) reafirma a importância do princípio para o problema, isto é, o PJI seria um dos elementos por trás do que motiva a geração do regresso. Contrário a Fumerton, porém, ele toma o princípio como favorável ao infinitismo, razão pela qual eu o discuto agora à guisa de fechamento.

Aikin (2010, p. 15) se preocupa em enfatizar que a abordagem de PJI relaciona-se apenas à estrutura da justificação epistêmica. Quaisquer concepções sobre a natureza podem ser moldadas para atender o que indica o princípio. Ele complementa com o comentário de que entre estrutura e natureza há certamente algo de mutuamente informativo, especialmente quando se busca discuti-las ou responder às questões a elas relacionadas. Mesmo assim, estes são tópicos separados. Nada do que até agora sustentei na crítica aos autores contesta esta

---

<sup>4</sup> Bennet e Mclaughin (2023) oferecem uma visão geral das várias maneiras como se pode defender a noção de superveniência e seus problemas associados (cf. seção 3.8).

afirmação. De fato, são tópicos separados. Ratifico também minha concordância com a existência de uma mútua informação entre as concepções, advinda de seu debate. Eu me desassocio de Aikin quando aponto nesta mútua informação o início de parte do problema.

Para entender melhor minha posição, é preciso considerar, primeiro, que Aikin (2010, p. 11) relaciona sete características vinculadas à justificação epistêmica que explicariam porque ela é valorizada: entre elas de que a justificação é compartilhável, dialética, manifesta em graus e requerida para a integridade intelectual de um sujeito. A princípio, ainda que não reconheça estas características como diretamente associadas à natureza da justificação, é observável como assumi-las acaba moldando sua perspectiva da propriedade.

Apenas considerando sua formulação do problema consegue-se captar essa influência. Aikin (2010, p. 33) oferece uma primeira formulação do problema a partir PIJ e outros princípios. Essa primeira formulação é descartada em razão de como tais princípios são passíveis de questionamentos, em que pese a plausibilidade de PIJ. É preciso ampliar a compreensão do problema, de modo que, também, PIJ tenha sua plausibilidade melhor compreendida.

Por isso, volta-se a aspectos axiológicos da justificação, entrevendo critérios que respondam pelo que se valoriza nesta. O primeiro deles preza pela postura não arbitrária na justificação das crenças. É importante sempre ter uma razão para o que se acredita. O segundo é centrado na preocupação com raciocínios circulares. Ainda que em alguns casos seja autorizável o mútuo suporte, algo de cunho independente deveria mostrar como esta mútua sustentação permanece. O resultado, mais uma vez, indica que para atender a estes critérios impõem-se adentrar a um regresso sem fim de inferências e razões. Mas, apenas com esses critérios, não se identifica ainda um problema estrutural. Aikin (2010, p. 34) indica que para o surgimento do problema mais um critério deve ser associado aos outros dois: o de que a cadeia de razões, para prover justificação epistêmica, tem de ser finita.

Para Aikin (2010, p. 35) o problema estrutural da justificação se manifesta na contradição que surge da conjunção dos critérios. Pois, por um lado, a tentativa de suprimir a arbitrariedade e a circularidade ao oferecer razões conduz a um regresso sem fim delas. Por

outro lado, como a cadeia deve ser finita para que haja justificação, atender aos primeiros dois critérios torna-se inviável.

Mas é relevante questionar porque a finitude da cadeia é requisito necessário para a existência da justificação epistêmica. Aikin (*ibid.*) associa este critério a uma objeção típica a teorias que explicam justificação por meio de cadeias infinitas de razões. Estas teorias não permitiriam identificar que cadeias de fato justificam uma crença. Pois, uma sequência de inferências aparenta oferecer justificação sempre sob um aspecto condicional. E, a princípio, quaisquer de nossas crenças podem ser encadeadas a inúmeras outras por meio de inferências, indefinidamente. Como decidir qual das cadeias de fato justifica sem apelar para um ponto de interrupção?

A conclusão esperada é que sem atender à demanda por finitude torna-se impossível explicar a justificação. Diante de uma conclusão expressa desta forma, não deveria haver margem para alguém defender uma solução para o problema que não fosse interromper o regresso. Mas Aikin (2010, p. 36) não concede a este ponto. Ao contrário, ele se remete às características da justificação supostamente mais valorizadas, que citei no começo da subseção. Elas teriam lugar em teorias que apenas subscrevessem a princípios que combatem a circularidade e arbitrariedade. De acordo com a perspectiva do problema por ele próprio concebida, Aikin estaria favorecendo um caminho inviável para sustentar o que é a justificação epistêmica.

Mas não é bem esse o caso, o que pode ser entendido com as próximas duas observações importantes. Nelas eu apenas menciono seus detalhes. Um aprofundamento não é necessário para minha argumentação. A primeira remete à crítica que Aikin (2010, p. 62) posteriormente levanta contra o critério de finitude. É com base nela que ele procura sustentar como viável a distinção entre cadeias que justificam e que não justificam. A segunda observação é que, por este motivo, o que acima foi explicitado remete a um argumento do regresso, ao invés do problema. Pois o critério de finitude da cadeia surge contraposto aos outros dois, uma vez que impediria a geração de várias cadeias sem que se identifique quais delas promove justificação.

Entretanto, Aikin se dedica a solucionar um problema, que não aparenta ser o do regresso. Pois ele sustenta uma perspectiva do que deve ser valorizado na justificação que encontra suporte, principalmente, em critérios que proibem arbitrariedade e circularidade. Se o critério de finitude contradiz estes dois, em última instância negaria os valores que Aikin julga relevante. E se o critério de finitude deve figurar para que o regresso seja o problema, e Aikin o rejeita, então outro problema estaria sob a perspectiva deste autor.

Penso que este caso exemplifica a influência do que se assume enquanto visão de justificação epistêmica, seja ela relacionada à natureza ou não. A tal ponto chega a influência que Aikin (2010, p. 39) sugere o PJI como um princípio que, para ser atendido, demanda a aceitação das características que ele defende, isto é, uma justificação que seja compartilhável, dialética, manifesta em graus e requerida para a integridade intelectual de um sujeito. Dessa maneira, tendo em vista o que explicitarei nos dois parágrafos anteriores, o PJI passa aqui a ser visto como favorável ao infinitismo.

Entendo que a argumentação desta e das duas outras subseções que compuseram a seção permite, no mínimo, colocar em suspeição a perspectiva de que o regresso é o problema. O que, então, é a dificuldade comum a todas as abordagens até aqui discutidas?

#### **4. Considerações Finais**

Responder a essa pergunta não é uma tarefa simples. Porém, nos limites que estabeleci ao presente artigo, meu propósito foi colocar em questão a perspectiva de que o problema do regresso é o problema estrutural da justificação. Meu entendimento é que, diante dos argumentos até aqui oferecidos, temos razões mais que suficientes para afirmar com segurança que os dois não são o mesmo problema. Mais propriamente, o problema do regresso é uma faceta do problema estrutural da justificação, sendo esse último melhor caracterizado como indicando as várias dificuldades que emergem quando tentamos dizer que alguém tem razão.

Mas, voltando à pergunta que encerrou a seção anterior, haveria algum meio de aglutinar essas várias dificuldades em torno de uma só? Minha perspectiva é de que há um caminho para tal e que passa pelo argumento que me conduziu até aqui. Exponho-o agora de forma canônica:

A – se há uma intuição comum a toda teorização sobre a natureza da justificação epistêmica e S se baseia em intuição para elaborar o problema da estrutura, então há apenas uma versão do problema;

B – não é o caso que há apenas uma versão do problema;

C – ou não há uma intuição comum a toda teorização sobre a natureza da justificação epistêmica ou não é o caso que S se baseia em intuição para elaborar o problema da estrutura.

É recomendável considerar com cautela a conclusão. Afirmando isto tendo em vista os três caminhos que podem ser tomados, a partir da negação de um dos disjuntos. Primeiro, é possível endossar a afirmação mais forte de que a posição AC procede. Basta afirmar que S se baseia em intuição para elaborar o problema. Se assim o for, AC é afirmada, pois é afirmado que não há uma intuição comum a toda teorização sobre a natureza da justificação epistêmica. Segundo, caso se afirme que há uma intuição comum (a posição de Prior (2001) acima citada), S estaria se baseando em algo distinto dela para conceber o problema. Ainda que a concepção de S fosse plausível, ele estaria concebendo um problema estrutural de um aspecto acessório à justificação epistêmica, mas não da própria justificação precisamente. Finalmente, o terceiro caminho oferece a afirmação mais forte, isto é, a de que não há a intuição comum a toda teorização e que S não se baseia em intuição para conceber o problema. Trata-se do cenário mais problemático para a discussão, pois dificulta enxergar a estrutura do que estaria em pauta.

Importante perceber as inúmeras ramificações que podem surgir nessa discussão, o que indica um terreno fértil de discussão. O problema estrutural da justificação, com isso, tem um escopo ainda amplo a ser explorado e demanda que o revisitemos. É preciso compreender melhor o ceticismo nele envolvido. É preciso, sobretudo, dar ao problema uma nova consideração que responda pelas exigências a respeito da justificação epistêmica que avançaram significativamente nos últimos anos.

## Referências

AIKIN, S. F. *Epistemology and the Regress Problem*. New York: Routledge, 2010.

ALSTON, W. Epistemic Desiderata. *Philosophy and Phenomenological Research*. Rhode Island, v. LXIII, n. 3, 1993, p. 527-551.

AUDI, R. *The Structure of Justification*. New York: Cambridge University Press, 1993.

BONJOUR, L. Externalist Theories of Knowledge. *Midwest Studies in Philosophy*, v. 5, 1980, p. 53-73.

- BONJOUR, L. *The Structure of Empirical Knowledge*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- BONJOUR, L.; SOSA, Ernest. *Epistemic Justification: internalism vs externalism, foundations vs virtues*. Malden: Blackwell Publishers, 2003.
- COHEN. Is There an Issue About Justified Belief? *Philosophical Topics*. Arkansas, v. 23, n. 1: 1995.
- FUMERTON. Richard. *Metaepistemology and Skepticism*. London: Rowman e Littlefield Publishers, 1995.
- KLEIN, P. *Certainty: a refutation of scpticism*. University of Minnesota Press: Minneapolis, 1981.
- KLEIN, P. Real Knowledge. *Synthese*. Boston: D. Reidel Publishing Co., 55, 1983, p. 143-164.
- KLEIN, P. Human Knowledge and The Infinite Regress of Reasons. *Philosophical Perspectives*. Oxford: Ed. J. Tomberlin, v. 13, Epistemology, 1999, 297-325.
- KLEIN, P. Coherence, Knowledge and Skepticism. In: OLSSON, Erik J. (Ed.). *The Epistemology of Keith Lehrer*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003a, p. 281-298.
- KLEIN, P. When Infinite Regresses Are Not Vicious. *Philosophy and Phenomenological Research*. Rhode Island, v. LXVI, n. 3, 2003b, p. 718-729.
- KLEIN, P. What "IS" Wrong with Foundationalism is That it Cannot Solve the Epistemic Regress Problem, *Philosophy and Phenomenological Research*. Rhode Island, v. LXVIII, n. 1, 2004a, p. 166-171.
- KLEIN, P. Skepticism: Ascent and Assent? In: GRECO, John. *Ernest Sosa: and his critics*. Blackwell Publishing: Malden, 2004b. p. 112-125.
- KLEIN, P. Infinitism's Take On Justification, Knowledge, Certainty and Skepticism. *Veritas*. v. 50. n. 4, 2005a, p. 153-172.
- KLEIN, P. Reply to Ginet. In: SOSA, Ernest; STEUP, Matthias (ed.). *Contemporary Debates in Epistemology*. Blackwell Publishing: Malden, 2005b, p. 149-152.
- KLEIN, P. Human Knowledge and the Infinite Progress of Reasons. *Philosophical Studies*. New York, v. 134, 2007a, p. 1-17.
- KLEIN, P. How to be an infinitist about doxastic justification. *Philosophical Studies*. New York, v. 134, 2007b, p. 25-29.
- KLEIN, P. How a Pyrrhonian Skeptic Might Respond to Academic Skepticism. In: SOSA, Ernest; KIM, Jaegwong; FANTL, Jeremy; MCGRATH, Mathew (ed.). *Epistemology An Anthology*. 2.ed. Blackwell Publishing: Oxford, 2008, p. 35-50.
- KLEIN, P. Infinitism. In. BERNECKER, Sven; PRITCHARD, Duncan. *The Routledge Companion to Epistemology*. London: Routledge, 2011a, p. 245-256.



KLEIN, P. Epistemic Justification and the Limits of Pyrrhonism. In: MACHUCA, Diego E. (ed.) *Pyrrhonism in Ancient, Modern, and Contemporary Philosophy*. Nova York: Springer, 2011b, p. 79-96.

MCLAUGHIN, B.; BENNET, K. *Supervenience*. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (2023)*, EDWARD, N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/supervenience/>> Acesso em: 15/07/2024 PRYOR, James. The Skeptic and the Dogmatic. *Noûs*, 34 (4), 2000.

MCLAUGHIN, B.; BENNET, K. Problems for Credulism. In: TUCKER, Chris. *Seemings and Justification: new essays on dogmatism and phenomenal conservatism*. New York: Oxford University Press, 2013, p. 328-349.

MCLAUGHIN, B.; BENNET, K. There is Immediate Justification. In: STEUP, M.; TURRI, J.; SOSA, E. *Contemporary Debates in Epistemology*. Malden: Wiley Blackwell, 2014, p. 202-222.

Recebido em: 30-08-2024

Aprovado em: 12-10-2024

### **Allysson Vasconcelos Lima Rocha**

Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Maranhão. Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Sergipe, Mestrado e Doutorado em Epistemologia e Lógica pela Universidade Federal de Santa Catarina (CAPES 7). É Fulbright Brazil *Alumni*, tendo recebido bolsa para realizar parte de sua pesquisa de doutoramento junto a Prof. Scott Aikin, na Vanderbilt University, Nashville, Tennessee.